

PRONACAMPO E A PROPOSTA DO PROJovem CAMPO - SUAS MUDANÇAS NAS VIDAS DOS JOVENS RURAIS

Aldair Velez Gomes¹
Clebia Mardonia Freitas Rabelo²

RESUMO

Atualmente, a educação do campo vem ganhando destaques nos ensino no Brasil, essa dinâmica proporciona melhorar cada vez mais o aprendizado de conhecimento científico e da sua consorciação com o conhecimento tradicional local. A educação do campo surgiu através da criação dos movimentos sociais de trabalhadores rurais sem terras, nos meados da década 70. Posteriormente, surgiu a proposta de Pronacampo e proposta projovem campo é um programa que visa melhorar e garantir as condições de vida dos jovens rurais. Objetivou-se com esse trabalho, explorar com base em revisões bibliográficas, avaliar as mudanças na vida dos jovens rurais na implantação dos programas pronacampo e projovem campo nos assentamentos reconhecidos pela INCRA. Sem, no entanto, emigrar para outro espaço, desestimulando assim o êxodo rural. O método que foi utilizado é a revisão bibliográfica de literaturas previamente selecionadas. Com a procura dos materiais importantes para obtenção das evidências claras, realizou-se uma busca por artigos e dissertação. Os resultados mostram que, segundo os dados do INEP de 2006 do total de 86.129 estabelecimentos de ensino rurais, 50.176 (37,4%) são exclusivamente multisseriadas, e geralmente com professores pouco qualificados e mal remunerados. Diante do exposto, conforme os dados apresentados por PNJ a maioria dos jovens brasileiros vivem numa rotina de estudo e trabalho em simultânea, da qual comumente, por sua vez, resultaria em desistência e provocando assim o êxodo rural. Essas mudanças acabam por isolar o meio rural e causando assim grande perdas de desenvolvimento local. Pode-se concluir que, as políticas públicas voltada a criação de programas sociais supracitada, visa melhorar as vidas dos sujeitos de campo. Assim sendo, Estes, apesar dos problemas encontradas que foi provocado por falta de apoio financeiro, também proporcionar as mudanças das suas vidas através de reformulação e aplicação dos programas de escolarização e auxílio de apoio para a sua permanência.

Palavras-chave: Educação; Jovem de campo; Pronacampo; Projovem campo.

Instituto de desenvolvimento Rural, Auroras, Discente, velezgomesaldair@gmail.com¹
IDR, Auroras, Docente, clebiaf@unilab.edu.br²

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação do campo vem ganhando destaques em dinâmicas de ensino no Brasil, essa dinâmica proporciona melhorar cada vez mais o aprendizado de conhecimento científico, além da sua consorciação com o conhecimento tradicional local. Mas, durante a sua implantação enfrentou vários obstáculos, principalmente, nos finais de século XX.

A educação do campo entre si surgiu através da criação dos movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terras, nos meados da década 70. Em que se consolidou nas décadas de 80, coincidindo com o final da ditadura militar que se perpetuava naquela altura, o processo de luta de posse ou distribuição igualitária da terra tem sido um grande problema na altura.

Conforme Prado Júnior (1979, p. 25) “desde o início da ocupação e da colonização do território brasileiro até os dias de hoje ainda os títulos de propriedades e de domínios da terra galopam muito adiante da frente pioneira de penetração”. Essa tendência se perpetuou na realidade agrária brasileira até os dias de hoje, devido à falta de políticas públicas no que se refere a distribuição de terra de uma forma igualitária e a educação para todos sem exceção. Esse panorama só foi inverso devido a contribuições feitas inicialmente pelos jesuítas, uma organização não governamental voltada à causa social (caridade) e posteriormente foi impulsionado pelo movimento social dos trabalhadores sem terras. (MST).

Segundo BICALHO (2007), os valores presentes no meio rural quando comparados ao espaço urbano, eram tratados com descaso, subordinação e inferioridade. Num campo estigmatizado pela sociedade brasileira, multiplicava-se, cotidianamente, preconceitos e estereótipos. Entre tanto, na atual conjuntura, os movimentos sociais defendem que o campo é mais que uma concentração espacial geográfica e, é o cenário de uma série de lutas e embates políticos. Nesse sentido, a luta pela afirmação de direito à educação seja ela no campo ou noutro espaço geográfico em que há convivência humana, cultural, social. Configurando como elemento central no processo formativo do movimento social dos trabalhadores sem terras (BICALHO, 2017). Apesar de problemas e disputas da posse de terra, nos últimos anos foram identificadas muitas práticas educacionais em quase toda regiões do país, impulsionado pelos movimentos sociais de campo, que tem como a finalidade de garantir a educação de base a comunidade local e formação contínua dos seus agentes a fim de continuar com as atividades propícias, a desigualdade e evitar a extinção e/ou a desorganização.

Salienta-se que, apesar de tantos esforços reunidos em todos países no mundo sobre direito e acesso ao ensino de qualidade a todos, sem exceção, ainda existem certas dificuldades a esse respeito, umas delas é que, mais de um terço dos adultos não têm acesso ao conhecimento acadêmico impresso, e, a inclusão digital e/ou as novas tecnologias. Essa nova habilidade de tecnologia irá ajudá-las a melhorar as suas condições de vida sem, no entanto, emigrar para outro espaço, UNESCO, (1988, p. 12)

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura, divulgado no dia 29/01/2014, dos 150 países avaliados, o Brasil ocupa o 8º lugar entre os países com maior número de analfabetos adultos. Esses dados demonstram quanto é urgente e necessário inverter, dar atenção a essa situação, comumente as mais vitimadas pela essa situação são os moradores rural, que se encontram em situação de extrema carência de meios necessários para resolver situação básica de vida, como por exemplos; acesso à escola, as infraestruturas qualificadas, água potável dentre outras.

No entendimento de BARROS et al., (2019), para que essa realidade se torne equitativa, é fundamental implantar um programa educacional voltada a sujeito de campo, PRONACAMPO e PROJovem CAMPO. Esses programas têm como objetivo principal, garantir a escolarização dos agentes de campo, o seu público-alvo são: crianças, jovens e adultos. Mas, de preferências são jovens e adultos de entre 18 a 29 anos, para

escolarização dos agricultores que não concluíram o ensino médio fundamental e nas suas formações técnicas de pós-graduação já para os que terminaram o ensino fundamental, assim, por conseguinte.

O pronacampo se encontra estruturado em quatro eixos: Gestão e práticas pedagógicas; formação inicial e continuada de professores; Educação de jovens e adultos e educação profissional; Infraestrutura física e tecnológica (PRONACAMPO, 2015). Esse programa visa complementar a formação continuada dos professores de campo em cursos de licenciatura em educação de campo e são ofertados pelas universidades e instituições federais de campo

Esses programas culminaram numa grande conquista para os familiares beneficiários, que reivindicam por uma educação igualitária. De natureza igual, suas conquistas visam garantir as condições necessárias para as crianças, os jovens e adultos das famílias beneficiárias de projetos dos assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA, em todos os níveis de ensino, a fim de lhes proporcionar um padrão mínimo de aprendizagem e educação de qualidade. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2012 p. 64).

Nesse sentido, objetivou-se com esse trabalho, explorar com base em revisões bibliográficas, avaliar as mudanças na vida dos jovens rurais na implantação dos programas pronacampo e projovem campo nos assentamentos criados ou reconhecidos pela INCRA. Essa avaliação visa garantir qual é o impacto de políticas públicas voltadas para vida dos jovens na comunidade. Sem, no entanto, emigrar para outro espaço, desestimulando assim o êxodo rural.

METODOLOGIA

METODOLOGIA

Através deste estudo, o método que foi utilizado é a revisão bibliográfica de literaturas previamente selecionadas. Com a procura dos materiais importantes para obtenção das evidências claras, realizou-se uma busca por artigos e dissertação. Por outro lado, foram utilizadas as plataformas de pesquisa como: google acadêmico e scielo. Ainda existem outros portais de pesquisa que não foram utilizados, por motivo de obtenção de matérias suficientes sobre o tema.

A revisão sistemática é uma metodologia proposta para identificar estudos sobre o tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca e validação dos estudos selecionados (SANDELOWSKI, 2007). Esse sistema visa recolher e analisar as informações contidas, utilizando o método crítico e estratégica em consonância com as regras científicas sobre a temática em questão, sendo assim, caracterizam a pesquisa bibliográfica como uma forma de explicar um problema a partir de referencial teórico, que serve como o suporte para embasar as evidências claras e comprovada cientificamente sobre a temática presente nos artigos, dissertações, teses e livros segundo. Bervian & Silva, (2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As diretrizes para educação dos jovens e adultos, foi declarada universalmente e reconhecida pelos países do mundo em perspectiva de uma educação para todos. Segundo a declaração de Hamburgo, foi ordenado o seguinte:

O Art. 3º da Declaração de Hamburgo, realizada em 1997, na qual foram firmados compromissos pautados na concepção de educação de jovens e adultos na perspectiva da educação continuada ao longo da vida. Este se configura como um conjunto de ações com o objetivo de apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios na implantação dessa política, através de ações voltadas ao acesso e a permanência na

escola (...) (PRONACAMPO, 2015, p. 2).

Segundo os dados do INEP de 2006 do total de 86.129 estabelecimentos de ensino rurais, 50.176 (37,4%) são exclusivamente multisseriadas, e geralmente com professores pouco qualificados e mal remunerados. Porém a organização curricular, habitualmente não se baseia na realidade local. Estes não coabitam com as suas diversidades socioculturais.

Diante do exposto, segundo o Censo Demográfico do INEP, em 2000, 29,8% da população do campo com 15 anos ou mais era analfabeta, enquanto que na área urbana o indicador era de 10,3%. Esses dados revelam ainda a disparidade maior entre as populações de campo e da zona urbana sobre o acesso contínuo à escola, e, a falta disponibilidade de recurso destinado à zona rural para apaziguar a disparidade entre elas. Vale ressaltar que, isto acaba por refletir na realidade local, dinâmica populacional e na capacitação de profissional qualificada.

Diante do exposto, conforme os dados de IBGE de projuvencampo saberes da terra, tem como meta prevista de, (...) atendimento de 275 (duzentos e setenta e cinco) mil jovens agricultores (as) familiares, sendo: 35 (trinta e cinco) mil em 2008, 24 mil (vinte e quatro mil) em 2009, 80 (oitenta) mil em 2010 e 85 (oitenta e cinco) mil em 2011. Esta meta não inclui todos os jovens agricultores num universo de mais de 3 milhões e trezentos mil dos jovens agricultores, conforme o conselho nacional de juventude (CNJ), mas, em todo caso essa parcela ajuda a mitigar algumas dificuldades citadas anteriormente.

Consoante FERNANDES (2015), relatou que, a política para juventude brasileira necessitam de ser melhorada e/ou reestruturada, visto que, precisam de um atendimento e de acompanhamento mais intensivo, devido aos inúmeros dificuldades que se enfrentam às suas familiares, por não conseguem educar e nem acompanhar o crescimento dos seus filhos, o que faz com que essas crianças não conseguem ter um futuro esperado e independente, resultando assim, num dependência total a amparo de governo ou estado a fim de poder integrá-las numa sociedade através das programas de inclusões sociais.

Portanto, por outro lado, conforme os dados apresentados por PNJ a maioria dos jovens brasileiros vivem numa rotina de estudo e trabalho em simultânea, da qual comumente, por sua vez, resultaria em desistência e provocando assim o êxodo rural. Essas mudanças acabam por isolar o meio rural e causando assim grande perto de investimento por falta de força de trabalho e desenvolvimento local, sabe que os jovens são forças motrizes para impulsionar o desenvolvimento para um determinado país ou região.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Pode-se concluir que, as políticas públicas voltada a criação de programas visa melhorar as vidas dos sujeitos de campo, para assim, atender às suas demandas. Assim sendo, pensava que, com a implantação desses programas, os problemas estavam resolvidos, promovendo uma educação de qualidade e melhorar a vida das populações que vivem nas regiões rurais. Estes, apesar dos problemas encontradas, principalmente, o êxodo rural que foi provocado por falta de apoio financeiro esperado, para assim poder suprir os seus custos cotidianos naquela zona, contribuem de uma forma à outra, para amenizar os baixos níveis da escolarização, também proporcionar as mudanças das suas vidas através de reformulação e aplicação dos programas de escolarização e auxílio de apoio para a sua permanência.

AGRADECIMENTOS

Meus extensivos agradecimentos a UNILAB, IDR, a minha querida professora orientadora Dr. Clébia e os

demaís colegas.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. Palestra sobre “Educação básica e movimentos sociais”. In: CEFEDES (Org.). Caderno de textos do seminário: Trabalhadores do Campo e a educação no Brasil. Contagem: CEDEFES, 2001.
- BARROS, Lisandra Rebouças. Et al. PRONACAMPO: formação integrada de jovens e adultos do campo – a proposta pedagógica do PROJOVEM CAMPO. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 01, Vol. 05, pp. 66-77 janeiro de 2019
- BICALHO, Ramofly dos Santos. Alfabetização no MST: experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense. Campinas: Editora Komedi, 2007. 2ª edição.
- BRASIL. Ministério da Educação. Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização: MEC/SECAD, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Projeto Base: projovem campo – saberes da terra. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2009.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- INEP. Economia solidária e educação de jovens e adultos / Sonia M. Portella Kruppa, organização. – Brasília: Inep, 2005.104p.
- Luciana Pinto Fernandes. Projovem campo- Saberes da terra: Um olhar crítico sobre a contribuição do programa para a permanência dos jovens no meio campestre. Disponível em 2015, no repositório ufsm.br Acesso dia 01 de agosto 2022.
- PRADO JUNIOR, C. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SANDELOWSKI, M.; BARROSO, J. Handbook for synthesizing qualitative research. Brainerd: Bang Printing; 2007.
- Souza, R. Souza e Sabioni Formação de Professores de Ciência para Educação de Campo. Disponível em 2017, no Simpósio de Agroecologia da Bahia: Acesso dia 31 de julho de 2022.
- UNESCO. Declaração de Hamburgo e Agenda para o futuro. Conferência Internacional de Educação de Adultos. Hamburgo (Alemanha) 1997. Disponível em: . Acesso em 23. Fev. 2010.